AFOGADOS DA INGAZEIRA
PREFEITURA

selo unicef

PLANO MUNICIPAL

DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://dados.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE

CAISAN – CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL/ PLAMSAN 2025 – 2027

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Administração: 2025-2027

Prefeito Municipal: Alesandro Palmeira de Vasconcelos Leite

1. CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN

- Secretaria de Agricultura
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Fundação Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Cultura e Esporte

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

2. GRUPO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

- Secretaria de Agricultura
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Fundação Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Cultura e Esporte

3. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- **Gestão 2025 à 2026**

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAL

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Gilmar Aguiar de Araújo

Suplente: Maria do Socorro de Souza Martins

Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Natália Camila da Cunha Padilha

Suplente: Andréa Vasconcelos de Queiroz

Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Mayara Pires de Souza

Suplente: Edilberto do Nascimento Benevides Alves

Secretaria Municipal de Agricultura:

Titular: Vilsomary Marques de Lima

Suplente: Júlio Coimbra Patriota Neto

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAL

Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Agricultura Familiar de Afogados da Ingazeira-PE

Titular: Tadeu Antônio da Silva

Suplente: José Leite de Brito

Associação dos Apicultores de Afogados da Ingazeira-PE

Titular: João Alves de Lima

Suplente: Orlando Salomão Rodrigues de Arruda

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Comissão Pastoral da Terra – Regional NE2 -CPT

Titular: Silmara Ferreira Marques

Suplente: Valdeni Venceslau Bevenuto

Associação dos Agricultores de Capoeiras e Gangorra

Titular: Michelle Kelly da Silva Sena

Suplente: Cícero de Lima Azevedo

Casa da Mulher do Nordeste

Titular: Francisca Mara Leal

Suplente: Sara Regina Miranda Rufino

Cooperativa de Comercialização e Produção Agropecuária da Agricultura da Familiar de Afogados da Ingazeira – PE CCAAFAIL:

Titular: José George Limada Silva

Suplente: Ivanildo Ângelo de Siqueira

Movimento Camponês Popular - MCP

Titular: Neidjane Santos Cordeiro

Suplente: Joana Darck Bezerra Siqueira

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Afogados da Ingazeira -PE

Titular: Divino Nunes de Andrade

Suplente: Kaline Beserra de Alcântara

Endereço do CONSEA: Rua Senador Paulo Guerra, Nº 325 – Centro – Afogados da Ingazeira – PE e- mail: Divinonunes688@gmail.com

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

4. SIGLAS

SAN
LOSAN
PENSAN
SUAS
SUS
PAA
COMSEA
CONSEA
CAISAN
SISAN
INSAN
PNA
PBF
CRAS
IDH
PNAS
PAA
DAE

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

SUMÁRIO

1. **APRESENTAÇÃO 1**
2. **INTRODUÇÃO 2**
3. **MUNICIPIO 3**
4. **ASSISTÊNCIA SOCIAL 4**
5. **EDUCAÇÃO 5**
6. **SAÚDE 6**
7. **AGRICULTURA 7**
8. **RESULTADOS DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 8**
9. **ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 9**
10. **REFERÊNCIAS 10**

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

1. APRESENTAÇÃO

O município de Afogados da Ingazeira comprometido com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em conformidade com o Art 2º da LOSAN que conceituou da forma ampla, a alimentação adequada como um direito Humano, inerente a dignidade da pessoa humana e indispensável a realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população, apresenta o PLAMSAN 2025/2027.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como regulamenta a lei 11.346 de 2006, consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Cientes disso e almejando o Cumprimento do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e também a diminuição de número de pessoas em situação de insegurança alimentar no Município de Afogados da Ingazeira/PE apresenta-se o 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Afogados da Ingazeira, elaborado pela Câmara Intersetorial Municipal deSegurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), juntamente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

Após a finalização de elaboração deste Plano Municipal, a CAISAN aprovou através da resolução nº 001/2025 e apresentou ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), o qual teve sua aprovação por meio da resolução nº 001/2025.

O município aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, no dia 03 de abril de 2024, e declarou o compromisso de elaborar a aprovar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Para garantir que as ações elencadas neste Plano sejam efetivadas, o COMSEA deverá monitorar e fiscalizar o cumprimento das metas, bem como avaliar e indicar alterações quando houver necessidade, visto que o Plano será vigente pelo período de quatro anos 2025/2027.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

2. JUSTIFICATIVA

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, justifica-se pela necessidade de garantia a alimentação adequada combatendo a fome e a má nutrição, promovendo o desenvolvimento integral das pessoas, contribuindo para a erradicação da fome e a redução da pobreza e promoção da saúde da população.

3. O MUNICIPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

O Município de Afogados da Ingazeira -PE, está localizado no Alto Sertão do Pajeú a cerca de 377,4 km da capital pernambucana, via BR -232 (trajeto mais curto) e possui uma área territorial de 378,031 km². De acordo com o Censo Demográfico (IBGE,2022), a população de Afogados da Ingazeira – PE totalizou 40.241 pessoas, exibindo uma densidade demográfica de 106,54 hab/km² (vide tabela 1).

Em 2022, a estimativa populacional apontou um relativo aumento de 14,69% da sua população em comparação com o Censo (IBGE, 2010): 35.088 habitantes.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Tabela 1 – População recenseada em 2010 e 2022, população estimada em 2024 e área territorial do município de Afogados da Ingazeira -PE.

Município	População Censo IBGE 2022	População estimativa (Censo IBGE 2024)	Índice de Urbanização (2019)	Àrea Territorial 2023 (Km²)	Densidade Demográfica (2022)
Afogados da Ingazeira - PE	40.241	42.407	6,79km²	378,031 km²	106,54 hab/km²

5. ASSISTÊNCIA SOCIAL

O gerenciamento da Política Municipal de Assistência Social é atribuição exclusiva do poder público, cabendo a esse o cumprimento de diversas competências tanto na coordenação, como na articulação, planejamento, acompanhamento, controle e

avaliação. No município de Afogados da Ingazeira o órgão municipal de Assistência Social apresenta-se como parte integrante da administração direta da Prefeitura sendo constituída como estrutura organizacional a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

A partir das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS-2012 a Assistência Social em Afogados da Ingazeira direciona sua gestão na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, preconizando a garantia de direitos socioassistenciais aos usuários da Assistência Social.

O Sistema Único de Assistência Social em Afogados da Ingazeira é caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

As ações são organizadas tendo como referência os territórios onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. Os programas, projetos, serviços e benefícios são desenvolvidos em regiões mais vulneráveis, tendo a família como foco de atenção.

As ações da Assistência Social são organizadas em três tipos de proteção: Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, executadas pelas unidades públicas (CRAS, CREAS e Serviços de Acolhimento.

Proteção Social Básica

Equipamento	Endereço	Território de abrangência	Serviços ofertados
CRAS	Travessa João Rodrigues, nº 60 Bairro Padre Pedro Pereira – Afogados da Ingazeira -PE.	Bairros: Padre Pedro Pereira, Planalto, São Francisco e Conjunto Habitacional Miguel Arraes de Alencar	- Proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos - Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

			- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional.

Proteção Social Especial de Media Complexidade

Equipamento	Endereço	Território de abrangência	Serviços ofertados
CREAS	Rua Gustavo Fittipalde, 108	Município de Afogados da Ingazeira-PE	- Serviço de Proteção e atendimento Especializado à família e indivíduo – PAEFI; - Serviço Especializado em abordagem social; - Serviço de Proteção social a Adolescentes e cumprimento medida socioeducativo em meio aberto; - Serviço Especial para pessoa com deficiência, e Serviço especial para pessoa idosa

Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Equipamento	Endereço	Território de abrangência	Serviços ofertados
ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Rua Luciano Barbosa de Araújo, 139 – Manoela Valadares	Município de Afogados da Ingazeira- PE	Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes através de determinação judicial.

Programas Socioassistenciais

Equipamento	Endereço	Território de abrangência	Serviços ofertados
BOLSA FAMÍLIA	Rua Doutor Osvaldo Golvêia, Nº 211 - Centro, Afogados da Ingazeira – PE.	Município de Afogados da Ingazeira	Acesso a programas oficiais de transferência de renda
CACASTRO UNICO	Rua Doutor Osvaldo Golvêia, Nº 211 - Centro, Afogados da Ingazeira – PE.	Município de Afogados da Ingazeira	- Emitir comprovante da inscrição no **Cadastro Único** para Programas Sociais do Governo Federal. - Consultar dados do **Cadastro Único**. - Acessar dados e informações do **Cadastro Único**.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Cozinha Comunitária

Equipamento	Endereço	Território de abrangência	Serviços ofertados
Cozinha Comunitária	Rua Nelson Alves de Souza, S/n - Centro	Município de Afogados da Ingazeira	Refeições ofertadas através do Programa Bom Prato e PAA

5.1 Programa Bolsa Família e Cadastro Único

De acordo com a estratificação por porte populacional dos municípios estabelecidos pelo IBGE, Afogados da Ingazeira -PE é considerado de pequeno porte II que são os municípios entre 20.000 e 50.000 mil habitantes

O Bolsa Família é um programa do Governo Federal que beneficia famílias em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família vai resgatar a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, educação, saúde e trabalho.

O principal requisito para ter direito ao Bolsa Família é ter renda familiar menor ou igual a R$218,00 por pessoa. O responsável familiar deve trazer consigo os seguintes documentos: Documento com foto (RG ou CNH); Título de eleitor ou CPF; Comprovante de endereço; comprovante de tutela (documento de guarda ou outros documentos que comprovem a tutela do dependente declarado). Já dos demais familiares: Documento com foto (RG); CPF; Certidão de nascimento, certidão de casamento; Carteira de trabalho (Quando houver). Outros documentos importantes: Comprovante de vacinação; comprovante de matrícula e frequência escolar dos dependentes; comprovante de acompanhamento pré-natal, no caso de gestantes.

A equipe do Programa Bolsa Família do município de Afogados da Ingazeira é formada pela gestão de forma de prestação de serviço e contrato, compondo com as seguintes funções que são: Coordenador; Assistente Social; Entrevistador; Digitalizador; Recepcionista e Arquivista.

O município de Afogados da Ingazeira já vem realizando as atividades de cadastramento e atualmente (março de 2025) tem:

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

- 12.326 famílias inseridas no Cadastro Único;
- 28.557 Pessoas cadastradas no Cadastro Único;
- 2.743 Famílias em situação de baixa renda;
- 7.628 Pessoas em situação de baixa renda;
- 6.222 Famílias em situação de pobreza;
- 15.077 Pessoas em situação de pobreza
- 3.361 famílias com renda percapita mensal acima de ½ salário mínimo.

5.2 Benefícios Eventuais

Regulamentados pela Lei Municipal nº **725/2017**, são compostos por benefícios adicionais e temporários que fazem parte das garantias do SUAS Lei Nº 8.742/93, e são oferecidos aos indivíduos e às famílias em razão de nascimento, falecimento, situações de fragilidade temporária e de emergência pública. A prioridade na concessão é dada à criança, à família, ao idoso, à pessoa com deficiência, à gestante, à mãe e às famílias afetadas por situações de emergência pública.

Os Benefícios Eventuais são caracterizados por suas ofertas que restabelecem de forma imediata as seguranças sociais garantidas às cidadãs e cidadãos que vivenciam situação temporária de vulnerabilidade. O benefício deve ser oferecido nas seguintes situações:

- Nascimento: para atender as necessidades do bebê que vai nascer; apoiar a mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o nascimento; e apoiar a família em caso de morte da mãe.
- Morte: para atender as necessidades urgentes da família após a morte de um de seus provedores ou membros; atender as despesas de urna funerária, velório e sepultamento, desde que não haja no município outro benefício que garanta o atendimento a estas despesas.
- Vulnerabilidade Temporária: para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família e outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.
- Calamidade Pública: para garantir os meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia das pessoas e famílias atingidas.

BENEFICIOS EVENTUAIS CONCEDIDOS EM 2024

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

	PASSAGEM	ALUGUEL SOCIAL	AUXILIO FUNERAL	AUXILIO NATALIDADE	CESTAS BÁSICAS
2024	58	87	38	67	900

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência – dezembro/2024

5.3 Programa de aquisição de alimentos – PAA

O PAA, é um Programa Federal operacionalizado pelos estados e municípios. Este Programa realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. O PAA tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local, e de promover o acesso aos alimentos, contribuindo para reduzir a insegurança alimentar e nutricional. Nos últimos oito (8) anos foram distribuídos aos equipamentos (cozinha comunitária; casa de apoio, caps, rede municipal de educação e abrigo) socioassistencial do município de Afogados da ingazeira-PE, mais de duzentas (200) toneladas de produtos da agricultura familiar do município, gerando uma economia de mais de um milhão e meio (R$ 1.500.000,00) de reais em compras aos agricultores (as) familiares do município.

Ainda no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional a Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, implantou o projeto de Segurança Alimentar e Nutricional, onde foram atendidas mais de trezentas (300) mulheres gestantes e nutrizes acompanhadas pelo CRAS, em 2021 a 2023. Com a implantação deste projeto o município pode fechar uma parceria com o Centro Cultural Brasil Alemanha - CCBA , onde foram destinados mais de cem (R$ 100.000,00) mil reais para compra de produtos da agricultura familiar para serem doadas para as mulheres inseridas no projeto, gerando mais oportunidades de fortalecimento da agricultura familiar e garantindo alimento de qualidade para as famílias.

Figura 1. Gráfico de Quantitativos de Agricultores (as) Inscritos no PAA

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

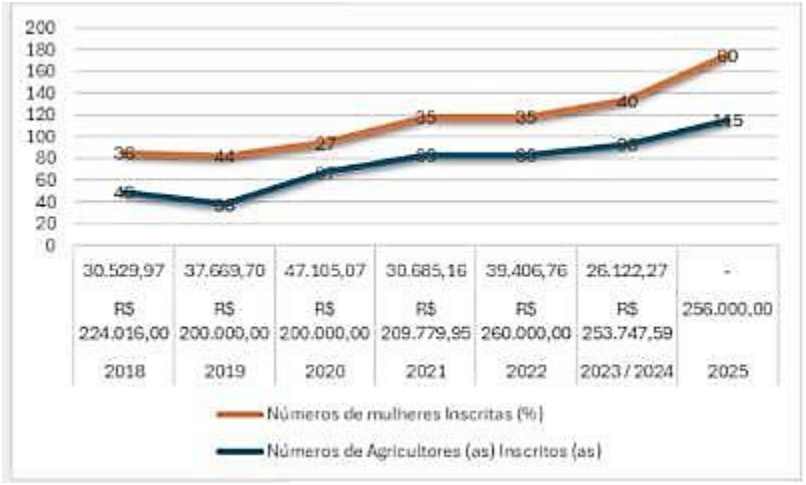
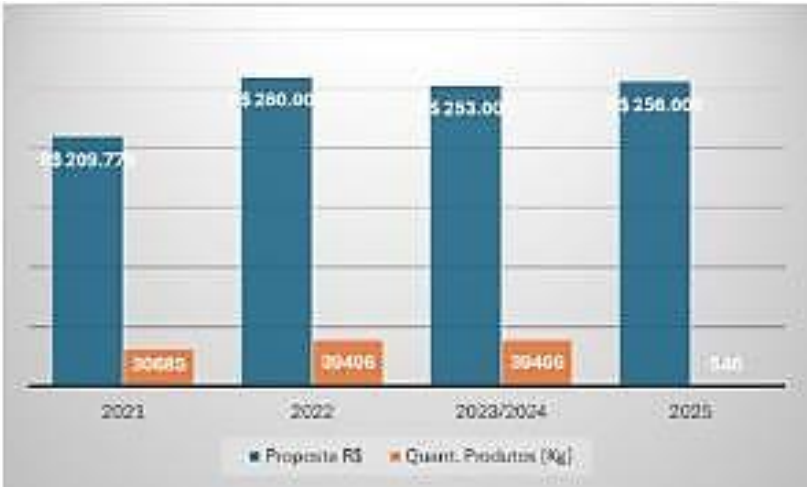


Figura 2. Gráfico de quantitativo de Recursos Investidos X Quantidades Compradas



5.4 Cozinha Comunitária

A Cozinha Comunitária do Município de Afogados da Ingazeira, instalada desde de 2008, desenvolve ações de Segurança Alimentar e Nutricional, para usuários(as) referenciados (as) pela equipe de Proteção Social Básica, pelas Agentes de Saúde, Programa Bolsa Família e demanda espontânea, atendendo ao perfil de grupos sociais vulneráveis à insegurança Alimentar e Nutricional, priorizando as pessoas que estão em situação de rua, LGBTQIA+ e apenados.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Na execução do Programa **BOM PRATO-PE**, o município atende atualmente, a 145 (cento e quarenta e cinco) usuários(as), sendo 126 (cento e vinte e seis), cadastrados e 19 (dezenove) apenados, a Cozinha Comunitária funciona de segunda a sexta- feira, no horário das 06:00 às 17:00, servindo café da manhã, almoço e janta, ofertando por dia 289 (duzentas e oitenta e nove) refeições, por semana 1.445 (mil quatrocentas e quarenta e cinco), por mês 5.780 (cinco mil setecentos e oitenta), perfazendo um total de 69.360 (sessenta e nove mil trezentas e sessenta) refeições em 2024, todas doadas.

6. EDUCAÇÃO

Incidência sobre a Segurança Alimentar e Nutricional:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – oferta diária de alimentação escolar, no ensino regular e no ensino em tempo integral:
- 4.054 estudantes do ensino regular recebem Bolsa Família
- 252 estudantes do ensino integral recebem Bolsa Família
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – compras da Agricultura Familiar
- Projeto Escola Semente – reflexão sobre a convivência com o Semiárido de Alimentação Escolar (CAE) – espaço de controle social

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

N	Escolas	Creche	Pré I	Pré II	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total
1	Escola Municipal São Marcos			11	11	7	10	9	6					**54**
2	Escola Municipal Hortêncio Barbosa Lira			0	0	3	3	2	0					**8**
3	Escola Municipal São Paulo		5	1	3	1	3	2	2					**17**
4	Escola Municipal José Lopes de Sales		0	6	4	5	4	2	3					**24**
5	Esola Municipal Manoel Bráz		4	2	3	2	6	5	3					**25**
6	Escola Municipal Maria Aparecida Bezerra Neves		2	4	2	3	2	3	3					**19**
7	Escola Municipal Santa Joana D'arc		4	7	3	4	3	9	9					**39**
8	Escola Municipal Santa Lúcia		2	1	1	3	6	4	7					**24**
9	Escola Municipal Santa Helena		1	1	1	1	1	0	7					**12**
10	Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes		1	9	1	6	5	1	4					**27**
11	Escola Municipal Ana Maria do Espírito Santo		4	3	7	6	2	0	0					**22**
12	Escola Municipal João Ferreira Liberal		3	2	9	8	6	4	8					**40**
13	Escola Municipal José Lourenço se Sena		2	2	3	4	1	0	0					**12**
14	Escola Municipal Jovêncio Pereira Torres		1	5	1	2	2	5	4					**20**
15	Escola Municipal Monsenhor Antônio de Pádua Santos		1	0	6	1	2	0	1					**11**
16	Escola Municipal Levino Cândido	11	11	13	13	15	12	14	6	13	10	12	16	**146**
17	Escola Municipal São João	4	9	15	13	7	14	14	11					**87**
Total Geral:		15	50	82	81	78	82	74	74	13	10	12	16	**587**

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Escolas, modalidades e número de alunos na zona urbana:

N	Escolas	Creche I	Creche II	Creche III	Pré I	Pré II	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Fase I	Fase II	Fase III	Fase IV	Total
1	Escola Municipal José Rodrigues de Brito		15	69	91	68														243
2	Centro de Excª. Dom João José da Mota e Albuquerque						60	90	66	105	101	105	104	105	70					806
3	Escola Municipal Professora Maria Gizelda Simões Inácio						64	52	52	71	76	62	86	89	86	4	8	17	17	684
4	CEI Evangelina de Siqueira de Siqueira Lima		29	110	141	132														412

5	Escola Municipal São Sebastião		32	68	90	113														303
6	Escola Municipal Domingos Teotônio						71	70	60	58	64	95	94	91	81	15	16			715
7	Escola Municipal Ana Melo						60	59	56	34	60	85	93	116	95			10	29	697
8	CEI Maria Genedi Magalhães		50	60	70	65														245
9	Escola Municipal Geraldo Cipriano dos Santos						56	57	64	55	57	52	47	58	63					509
10	Escola Municipal Petronila de Siqueira						50	37	53	65	72									277
11	Escola Municipal Letícia de Campos Góes		32	32	25	23	24	17	28	13	20									214
12	Escola Municipal Professora Francisca Lira Leite de Brito						32	43	58	54	42	38	57	48	22	1	7	7	11	420
13	Escola Municipal integral Padre Carlos Cottart											63	56	69	86					274
	Total Geral:	0	158	339	417	401	417	425	437	455	492	500	537	576	503	20	31	34	57	5799

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Escolas, modalidades e número de alunos na zona rural:

Repasse de recursos e per capita utilizado por aluno:

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- ✓ Creches: R$ 1,37 / dia e R$ 27,40 / mês por aluno
- ✓ Pré-escola: R$ 0,72 / dia e R$ 14,40 / mês por aluno
- ✓ Ensino fundamental: R$ 0,50 / dia e R$ 10,00 / mês por aluno
- ✓ Quilombola: R$ 0,86 dia e R$ 17,20 / mês por aluno
- ✓ Educação de jovens e adultos: R$ 0,41 / dia e R$ 8,20 / mês por aluno
- ✓ Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R$ 0,68 / dia e R$ 13,60 / mês por aluno

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

Sendo um total mensal durante 8 remessas de:

Exercício 2024

- ✓ Creche: R$ 13.782,20/ mês
- ✓ Pré-escola: R$ 13.233,60/ mês
- ✓ Ensino fundamental: R$ 51.690,80/ mês
- ✓ Quilombola: R$ 2.910,80 / mês
- ✓ Educação de Jovens e Adultos: R$1.672,80 / mês
- ✓ Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R$ 2.896,80/ mês
- ✓ Total geral mensal fevereiro= R$ 86.187,00
- ✓ Total geral mensal março = R$ 86.187,00
- ✓ Total geral mensal abril= R$ 83.290,20
- ✓ Total geral mensal maio= R$ 93.055,00
- ✓ Total geral mensal junho= R$ 87.179,80
- ✓ Total geral mensal julho= R$ 87.179,80
- ✓ Total geral mensal agosto= R$ 87.179,80
- ✓ Total geral mensal setembro= R$261.539,40

Média previsional para exercício 2025= R$ 83.849,20 / mês, R$ 838.492,00 / ano. Sendo de extrema importância a realização de contrapartida do município de 100 a 150% do valor do repasse para fornecimento dos cardápios elaborados pelas nutricionistas.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:
I - Promoção do acesso Universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

OBJETIVO: Ofertar o Programa Nacional de Alimentação Escolar, contribuindo com o desenvolvimento biopsicossocial e com o rendimento escolar dos estudantes, bem como, com a formação de práticas alimentares saudáveis.

Secretaria Órgão	Setor Responsável	Nome da Ação/Projeto	Ação	Metas	Valor/Quantidade	Meta ano a ano				Indicadores
						2025	2026	2027	2028	
Secretaria Municipal de Educação	Setor de Merenda Escolar	Merenda Escolar no Ensino Regular	Ofertar alimentação a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, matriculados na educação infantil, no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos, garantindo a cobertura de 200 dias letivos no ensino regular.	Oferta de merenda escolar nos 200 dias letivos	Oferta de 72.972 lanches escolares por mês (média de 18 dias letivos por mês)	100 %	100 %	100 %	100 %	4.054 estudantes atendidos diariamente

Secretaria Municipal de Educação	Setor de Merenda Escolar	Merenda Escolar no Ensino Integral	Ofertar alimentação a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, matriculados na educação infantil, no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos, garantindo a cobertura de 200 dias letivos no ensino integral.	Oferta de merenda escolar nos 200 dias letivos	Oferta de 756 lanches e refeições escolares por dia (média de 13.608 lanches e refeições por mês)	100 %	100 %	100 %	100 %	252 estudantes atendidos diariamente
Secretaria Municipal de Educação	Setor de Merenda Escolar e Diretoria Pedagógica	Educação Alimentar e Nutricional	Estimular no ambiente escolar, ações de educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica pública.	Envolver 30 escolas municipais nas ações de educação alimentar e nutricional	6.500 estudantes	100 %	100 %	100 %	100 %	Envolvimento de 30 escolas municipais nas ações de educação alimentar e nutricional
Secretaria Municipal de Educação	Merenda Escolar e Equipe de Licitação	Merenda Escolar e Agricultura Familiar	Manter índice superior a 30% do valor repassado pelo PNAE, investido na compra direta da agricultura familiar local, realizada por meio de Chamada Pública.	Ampliar em 10% anualmente o valor da compra direta à agricultura familiar	105 agricultores envolvidos no PNAE	10%	10%	10%	10%	Índice anual superior a 30% do valor repassado pelo PNAE, investido na compra direta da agricultura familiar local.
Secretaria Municipal de Educação	Conselho de Alimentação Escolar (CAE)	Controle Social	Garantir o acompanhamento e a fiscalização dos repasses e dos serviços prestados diretamente pela sociedade.	3 visitas anuais às escolas, avaliando os processos que envolvem a oferta de alimentação escolar.	90 visitas de acompanhamento, durante o ano letivo	100 %	100 %	100 %	100 %	Relatório anual do trabalho de acompanhamento às escolas

7. SAÚDE

A Atenção Primária à Saúde é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada e o centro articulador do acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS) e às Redes de Atenção à Saúde (RAS), orientada pelos princípios da acessibilidade, coordenação do cuidado, vínculo, continuidade e integralidade. Para atender esses princípios, desenvolve programas e ações, considerando a diversidade das necessidades de saúde dos usuários. A Atenção Primária à Saúde do município de Afogados da Ingazeira, como primeiro nível de atenção em saúde, conta com atividades multidisciplinares.

O principal meio físico da Atenção Básica é a Unidade Básica de Saúde, onde é promovido acolhimento com classificação de risco, consultas de enfermagem, médicas e de saúde bucal, distribuição e administração de medicamentos, vacinas, curativos, visitas domiciliares, atividade em grupo nas escolas, educação em saúde e educação continuada, através das Equipes de Saúde da Família, que são compostas por 193 profissionais, constituída por 15 Unidades de Saúde da Família, distribuídas da seguinte forma: Equipes da zona urbana: 1. São Brás I 2. São Brás II 3. Mandacaru I 4. Mandacaru II 5. Borges 6. São Francisco 7. São Sebastião 8. Sobreira 9. Padre Pedro Pereira 10. Planalto; equipes da zona rural e seus respectivos pontos de apoio: Os pontos de apoio de atenção à saúde são espaços onde se ofertam determinados serviços de saúde por meio de uma população singular, no processo de descentralizar e ofertar esses serviços mais próximos a comunidade. 1. UBS - Queimada Grande Pontos de apoio: Carapuça, St. Santo Antônio I, St.Opa, St. Encruzilhada. 2. UBS – Dois Riachos St. Alça de Peia, St. Santo Antônio II, St. Poço de Pedra, Nova Brasília, St. Cachoeira do Cancão. 3. UBS – Varzinha St.Jiquiri, St. Pau Ferro, St. Pintada, St. Carnaubinha. 4. UBS – Alto Vermelho St. Caiçara, St. São João Velho e São João Novo, St. Curral Velho dos Ramos e Curral Velho dos Pedros. 5. UBS – Monte Alegre St. Cachoeira da Onça, St. Capoeiras, St. Santiago, St. Queimadas.

Nos serviços de Atenção Primária à Saúde, hoje compõem os seguintes equipamentos: Central Rede de Frio Municipal- PNI (Programa Nacional de Imunização) Rede de Frio: A Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações (PNI) é uma estrutura física e técnico-administrativa, orientada pela Coordenação-Geral do Programa Nacional 27 de Imunização (CGPNI) do Ministério da Saúde, que permeia as três esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

O processo logístico dessa Rede, a Cadeia de Frio, envolve o sistema de armazenamento, transporte e manuseio em condições adequadas de temperatura dos

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

imunobiológicos, desde o laboratório produtor até o momento de aplicação no usuário. A Rede de Frio, por meio de seu processo logístico (Cadeia de Frio), tem como objetivo garantir a manutenção da qualidade dos imunobiológicos. As vacinações ocorrem nas unidades de saúde dos municípios, ou por meio de equipes volantes em regiões de difícil acesso. Além disso, campanhas nacionais são realizadas anualmente para atingir o máximo de pessoas possíveis.

Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III: O CAPS III é um serviço de atendimento às pessoas com transtorno mental grave e/ou severo, sendo maiores de 18 anos, a fim de realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários que ultrapassem as possibilidades de intervenção das Unidades Básicas de Saúde (UBS), Estratégia da Saúde da Família (ESF) e equipe de saúde mental ambulatorial, desenvolve diversas atividades que vão desde o cuidado individual por equipe multidisciplinar, com objetivo de dar suporte terapêutico aos pacientes e a seus familiares, preconizando a reabilitação psicossocial e inclusão social, mediante princípios de preservação de sua identidade e cidadania

O serviço conta com a equipe multidisciplinar: assistente social, enfermeiro, psicólogo, psiquiatra, que desenvolvem atendimentos individuais (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros), atendimentos em grupo (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras), oficinas terapêuticas (horta, jornal, biscuit, corte e costura, culinária, entre outras), visitas domiciliares, atividades comunitárias enfocando a inclusão social do portador de transtorno mental na comunidade e sua inserção familiar e social, como também o atendimento à família.

Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPS i: Com o advento da Reforma Psiquiátrica brasileira, apostou-se em um novo modelo de atenção às pessoas em sofrimento psíquico, baseado numa rede substitutiva ao modelo manicomial, que compreende diversos serviços e recursos da comunidade. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs) emergem nesta perspectiva como um dos dispositivos de atenção à saúde mental. Além disso, buscam oferecer um cuidado diferenciado, dentro de uma nova lógica de saúde e em regime de atenção diária, constituindo-se como instituições abertas e regionalizadas, formados por equipes multidisciplinares.

Esta nova lógica/modalidade de atenção em saúde centra o cuidado e o atendimento do usuário na sua integralidade e não somente nos diagnósticos psicopatológicos e terapias medicamentosas, propondo a reintegração social do usuário. O Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Infanto Juvenil Dora Galvão é um serviço de saúde de caráter aberto e comunitário voltados aos atendimentos de

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

crianças e adolescentes com sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras substâncias, que se encontra em situações de crise ou em processos de reabilitação psicossocial. O atendimento é em regime de atenção diária à população infanto - Juvenil (zero a 18 anos), com equipe multiprofissional que reúne Coordenação, Assistente Social, Psicólogas, Psiquiatra, Enfermeira, Técnico de Enfermagem, Fonoaudióloga, Oficineiro de Artes, Auxiliar de Serviços Gerais e Guardião, entre outros agentes da rede pública.

Por meio de ações individuais e coletivas a equipe busca a reinserção social de seus usuários, pelo acesso ao lazer, moradia, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

EQUIPE EMULTI:

Equipe multiprofissional e interdisciplinar composta por categorias de profissionais da saúde, complementar às Equipes de Saúde da Família e da Atenção Básica, atuando de maneira integrada para dar suporte (clínico, sanitário e pedagógico) e apoio aos profissionais. Formada por: nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, assistente social e farmacêutica, profissionais que realizam: Atendimento clínico, visitas domiciliares, atendimento domiciliar, atividades coletivas (zona rural e urbana). Atuam de forma complementar e integrada as Equipes de Saúde da Família.

Centro de Saúde Digital e Telemedicina: O município de Afogados da Ingazeira está investindo na modernização do atendimento em saúde, por meio do Centro de Saúde Digital e Telemedicina. Todos os serviços são agendados via regulação, garantindo um fluxo organizado e priorizando os pacientes conforme a necessidade, já foram realizadas 244 espirometrias e 1.450 tele eletrocardiogramas. O uso da telemedicina agiliza os diagnósticos e reduz a necessidade de deslocamento para grandes centros. Especialidades Atendidas: Neurologia, Dermatologia, Cardiologia, Endocrinologia, Reumatologia, Urologia, Ginecologia, Neuro Pediatria, Hepatologia, Ortopedia e Psiquiatria.

A telemedicina facilita consultas a distância e exames rápidos, reduzindo a espera e melhorando a eficiência do sistema de saúde. O Centro de Saúde Digital e Telemedicina de Afogados da Ingazeira é um avanço significativo para a população.

Com a regulação eficiente e a incorporação da tecnologia, estamos garantindo mais saúde, menos filas e um atendimento mais ágil e humanizado, médico (a) , enfermeira (o), técnicos de enfermagem, auxiliar de consultório odontológico, odontólogo e Agentes Comunitários de Saúde, que hoje no município são 15 equipes,

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

com 10 unidades na zona urbana e 5 na zona rural, contando com 40.105 mil pessoas cadastradas, como modelo prioritário, que visa o acesso com qualidade e atendimento integral à saúde da população.

8. AGRICULTURA

Produção e disponibilidade de alimentos

Com o principal objetivo de fortalecer a Agricultura Familiar no município a Secretaria de Agricultura, aumentou as ações desenvolvidas com o crescimento das políticas da Agricultura Familiar dentro das cadeias produtivas, com assistência técnica permanente melhorando na produção e qualidade de vida dos agricultores e agricultoras rurais.

Hortas Comunitárias

- Aumento na produção de alimentos saudáveis, tanto para o consumo familiar como para geração de renda através da comercialização.
- Promover incentivos de alternativas que garanta a permanência das hortas em períodos de estiagem que dificulta e até tende a gerar baixa produção durante todo o período.

Fortalecimento da Agricultura Familiar

- Apoio aos agricultores ao acesso as políticas através dos programas sociais do Governo Federal, beneficiando cerca de 1400 agricultores e agricultoras familiares, facilitando o escoamento da produção;
- Promover alterativas para os agricultores que não estão dentro dos critérios dos programas socias, mecanismos para escoamento da produção através da comercialização, melhorando a qualidade de vida do produtor e consumidor.
- Fortalecimento as cadeias produtivas, fruticultura, horticultura, avicultura, psicultura, bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura e apicultura, com melhoramento na produção de alimento de qualidade e em quantidade, através de apoio técnico permanente aos agricultores e agricultoras.

Apoio aos produtores orgânicos, que comercializa na feira orgânica do município, com espaço exclusivo.

Dados da Agricultura familiar

- A agricultura familiar do município garante uma alimentação saudável a mesa do

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

consumidor; tendo como principais fonte de alimentos as seguintes cadeias produtivas: **Bovinocultura**, com uma produção anual de aproximadamente 14.890 bovinos, com 30% para o abate familiar, 40% para produção de leite, o restando destinado a comercialização in natura; **Caprinocultura** - com uma produção anual de aproximadamente 11.500 caprinos, distribuídos em 80% para abate e comercialização in natura, Horticultura – com produção de hortaliças em aproximadamente 20 hortas comunitárias, destinadas para consumo familiar e comercio local. Outros dados importantes: 1400 famílias estão inscritas no programa Garantia Safra, 115 famílias comercializando no Programa de Aquisição de Alimentos, 220 famílias inscritas no Programa Nacional de Alimentação Escolar, 15 famílias comercializando na feira orgânica, 83 comercializando na feira livre.

A distribuição quanto a gênero, divide-se em relação aos programas o acesso e de 70% mulheres e 30% homens; já em relação a comercialização direta na feira livre a maioria e realizada por homem.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

9. MEIO AMBIENTE

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS de Afogados da Ingazeira, foi criada pelo Projeto de Lei Complementar 014/2024 de 17 de dezembro de 2024.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS tem como atribuições: A atuação de conservação e preservação do meio ambiente natural, sendo responsável pela manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado, com o combate a poluição ambiental em qualquer de suas formas, desenvolvendo um meio ambiente sustentável, trabalhando com práticas efetivas do bem-estar animal, estando de acordo com a legislação vigente.

Quanto a estrutura organizacional a SEMAS – Afogados da Ingazeira é composta dos seguintes cargos:

1. Secretário (a) de Meio Ambiente e Sustentabilidade
2. Secretário (a) Adjunto(a) de Meio Ambiente e Sustentabilidade
3. Oficial de Gabinete
4. Assessoria Jurídica
5. Coordenação de Recursos Hídricos, Florestais e Mudanças Climáticas
6. Assessoria de Gestão de Resíduos e Bem-estar Animal
7. Coordenação de Fiscalização e Licenciamento Ambiental

8. Diretor Técnico de Fiscalização
9. Chefe de Apoio Técnico

Dentro das atribuições da Secretaria de planejar, coordenar, executar e controlar projetos, ações e atividades que visem a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, a SEMAS tem planejado ações para curto e médio prazo, por se considerar prioridades dentro de uma estratégia de diminuir o passivo ambiental do município.

A SEMAS realizou em 16 de janeiro de 2025, a 2ª Conferência Municipal de Meio Ambiente de Afogados da Ingazeira, que contou com a participação de 152 participantes, representantes do Poder Público Municipal, Estadual e Federal, Sociedade Civil e Setor Privado.

A Conferência discutiu e ao final, a plenária aprovou as propostas que nortearão a política municipal de meio ambiente. Dentre o conjunto de propostas nos cinco eixos trabalhados, foram eleitas duas de cada eixo a serem encaminhadas para a Conferência Estadual de Meio Ambiente. Segue relação de propostas aprovadas por eixo temático da Conferência:

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Mitigação:

1. Desenvolver programas de crédito de carbono para financiar práticas de reflorestamento e preservação da caatinga, manejo agroecológico e regeneração ambiental da agricultura familiar, promovendo a redução de emissões, e capacitando agentes da rede de ATER, agricultores e agricultoras familiares. (APROVADA PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL)
2. Implementar mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) com projetos de restauração da caatinga, criação de corredores ecológicos e implementação de Programa de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido para as famílias do campo. (APROVADA PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL)
3. Desenvolver programa de incentivo à coleta seletiva dos resíduos sólidos, incentivando a criação de associações de catadores de materiais recicláveis, na área urbana e nas comunidades rurais;
4. Criar Programa de incentivo a práticas de coleta seletiva, utilizando como mecanismo de compensação redução no pagamento do IPTU;
5. Promover campanhas educativas de educação ambiental e coleta seletiva dos resíduos sólidos;

6. Criar programa de coleta de resíduos sólidos na zona rural, através de pontos estratégicos de coleta;

Adaptação e Preparação para Desastres

1. Criar Planos Municipais de Adaptação às mudanças climáticas, e implementar medidas de coibição de construções irregulares, com órgão fiscalizador municipal (APROVADA PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL)

2. Desenvolver ações estruturadoras de prevenção de desastres naturais, e a criação de Programa de educação ambiental envolvendo as escolas e toda a sociedade. (APROVADA PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL)
3. Desenvolver projeto de revitalização do Rio Pajeú, implementando ações de fiscalização a descarte de lixo, com educação ambiental para conscientização da população.
4. Criar Programa de Gestão Hídrica Integrada, com a implementação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido: cisternas, barragens subterrâneas e projetos de reuso de água cinza;
5. Promover justiça hídrica, priorizando populações vulneráveis com iniciativas de armazenamento de água na zona urbana, a partir de tecnologias disponíveis.
6. Desenvolver programa de manutenção de reservatórios hídricos (cisternas, açudes e barragens) que garanta segurança hídrica para a população;
7. Universalizar a oferta de água tratada e a universalização do tratamento dos efluentes domésticos.

Justiça Climática

Elaborar cadastro municipal das populações vulneráveis e de comunidades tradicionais frente às mudanças climáticas, levando em consideração o nível de degradação ambiental e vulnerabilidade social das regiões afetadas. (APROVADA PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL)

1. Desenvolver projeto de reflorestamento das margens e limpeza da calha do Rio Pajeú e seus afluentes, a partir do conhecimento local e articulação com os povos de comunidades tradicionais e grupo de mulheres urbanos e rurais. (APROVADA PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL)

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

2. Implementar no município o Programa Produtor de Água;
3. Realizar processo de formação sobre os impactos das mudanças climáticas e estratégias de mitigação e adaptação aos seus efeitos.
4. Incentivar a valorização dos saberes tradicionais, com práticas sustentáveis baseadas no conhecimento tradicional das comunidades, integrando esses saberes no plano municipal de adaptação climática.

Transformação Ecológica

1. Desenvolver a bioeconomia e economia verde com incentivo às práticas econômicas sustentáveis dos recursos naturais da caatinga, baseadas nas frutas nativas, óleos essenciais e fibras, com o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, valorizando a formação de redes produtoras de associações e cooperativas da agricultura familiar. (APROVADA PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL)
2. Promover o ecoturismo com atividades turísticas sustentáveis que gerem renda para as comunidades locais, considerando os aspectos naturais, as manifestações culturais e a gastronomia, valorizando as cadeias produtivas sustentáveis do mel, farinha, rapadura, castanha de caju e outros produtos potenciais, promovendo a educação ambiental visando a sustentabilidade econômica e ambiental das comunidades de agricultura familiar. (APROVADA PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL)
3. Realizar diagnóstico participativo para identificar oportunidades e potencialidades para o ecoturismo no município, incluindo os aspectos naturais, manifestações culturais e sítios arqueológicos;
4. Promover capacitação para pessoas das comunidades tradicionais que integram os sítios turísticos, valorizando a identidade cultural dos grupos e promovendo a educação ambiental dos povos dessas comunidades.
5. Implantar bancos de sementes e viveiros de mudas, visando a recuperação de matas ciliares, APP's e áreas de reserva legal.
6. Instalar pontos de comercialização de produtos da agricultura familiar (mel, rapadura, licor, castanha, farinha, artesanato e outros) em pontos estratégicos nas comunidades tradicionais.
7. Implementar mecanismos de Fiscalização/licenciamento na instalação de novas usinas de energia solar, com foco na compensação ambiental, e no financiamento para instalação de pequenas plantas.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Governança e Educação Ambiental

1. Fortalecer a gestão participativa, estimulando a intersetorialidade entre órgãos federativos, garantindo alinhamento de projetos às realidades locais e regionais. (APROVADA PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL)
2. Estruturar as instituições ambientais com equipamentos e capacitação do quadro técnico, visando a fiscalização e o monitoramento das ações. (APROVADA PARA A CONFERÊNCIA ESTADUAL)
3. Desenvolver campanhas educativas sobre o descarte correto dos resíduos sólidos pela população e catadores de materiais recicláveis.
4. Incentivar a atuação dos órgãos de fiscalização municipais, estaduais e federais junto às associações rurais e urbanas, contra as práticas predatórias ao meio ambiente.
5. Criar o parque Municipal da Caatinga em área urbana, com estrutura para o desenvolvimento de práticas e experiências demonstrativas de convivência com semiárido e conservação da caatinga.
6. Ampliação do corredor ecológico da caatinga com aquisição de novas áreas, incorporando-as à Unidade de Conservação da Serra do Giz, viabilizando a elaboração do plano de manejo e a criação do Conselho Gestor da Unidade.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

Metodologia –

ACESSO UNIVERSAL À ÁGUA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DE QUALIDADE EM QUANTIDADE SUFICIENTE Diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: VI - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, através do Programa Água é Vida, com prioridade para as famílias que tem dificuldades no acesso a água em período de estiagem e para garantir a produção de alimentos da agricultura familiar.							
DESAFIO: Identificar as áreas a serem contempladas com o programa, tendo em vista a recuperação, perfuração e instalação de poços, desassoreamento de açudes e barragens para garantir o acesso universal a água de qualidade e em quantidade suficiente, priorizando as famílias em situação de insegurança hídrica e as necessidades de água para a produção de alimentos da agricultura familiar. As ações nesse âmbito envolvem superar obstáculos como a escassez de água, o acesso desigual aos recursos hídricos e a necessidade de infraestrutura adequada para fornecer água potável e suporte à produção de alimentos. **OBJETIVO**: Promover o acesso universal a água de qualidade e em quantidade suficiente, com ênfase nas famílias em situação de insegurança hídrica e nas atividades de produção de alimentos da agricultura familiar, horticultura, fruticultura, psicultura e pecuária, de forma que as comunidades tenham acesso à água potável e segura, bem como à água necessária para o cultivo de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável.							
Secretaria Órgão	Setor Responsável	Nome da Ação/Projeto	Ação	Metas	Valor/Quantidade	Meta ano a ano	Indicadores
SAA	Secretaria de Agricu	Água é Vida	Recuperação,	Identificar as áreas	Comunidades com acesso a água de qualidade para consumo próprio e para produção de alimentos	10 unidades atendida	Parcerias com financiad

	ltura e Abastecimento		Perfuração e Instalação de poços tubulares, dessassoreamento de açudes e barragens	a serem contemplad as com o programa, garantindo o acesso a água		s ano	ores
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Alternativas de Convivência com o Semiárido	Práticas de convivências com o semiárido	Implantar práticas de alternativas de convivências com o semiárido, garantindo o armazenamento de água em período de estiagem na produção de alimentos para o consumo e alternativas para os animais	Reutilização das águas cinzas, contribuindo também na preservação do meio ambiente.	Instalação de unidades demonstrativas	PMAI
	Secret	Água	Prod	Incenti	Instalação de hortas e quintais	06	Parcerias

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

SAA	aria de Agricultura e Abastecimento	a é Vida	ução de Hortaliças	vo à produção de hortaliças e frutíferas, obtendo uma boa alimentação e	produtivos beneficiando famílias em insegurança alimentar nutricional	unidades	com financiadores

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

				qualidade de vida			
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	ATER	Fortalecimento as cadeias produtivas	Apoio técnico direcionado a apicultura, bovinocultura, cajucultura, caprinovinocultura, avicultura, psicultura, horticultura e fruticultura	Assistência técnica permanente aos produtores garantindo uma boa produção	Ampliar o quadro técnico para garantir o atendimento permanente aos produtores do município	PMAI

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

9. RESULTADOS DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA

Durante a conferência, foram discutidas questões para a promoção da agricultura familiar e a valorização dos produtores e produtoras locais, a melhoria das condições de armazenamento e distribuição de alimentos, a educação alimentar e nutricional nas escolas e a criação de políticas públicas que visem a segurança alimentar e nutricional da população.

Além disso, a conferência também foi um espaço para apresentação de dados sobre a situação nutricional da população, como índices de desnutrição, obesidade e outras doenças relacionadas à má alimentação. Essas informações são fundamentais para embasar a formulação de políticas e programas de combate à insegurança alimentar no município.

Entre os principais objetivos da conferência estão a discussão e elaboração de propostas para a criação de um plano municipal de segurança alimentar e nutricional, o fortalecimento da agricultura familiar e a implementação de programas de inclusão social voltados para a segurança alimentar.

EIXO I - Contexto da Soberania e Segurança Alimenta e Nutricional – SSAN.

ESFERA MUNICIPAL:

- Fortalecer a parceria com as estruturas já existentes, através da Assistência Técnica e Extensão Rural, bem como ampliar o número de família assistidas pelas políticas; incentivar e ampliar e capacitar as equipes técnicas. Bem como, investir na formação de agricultores/as em técnica de manejo sustentável do solo, uso de defensivos naturais, análise de solo afim de melhorar a produção de alimentos na região, sobre tudo implantar local de coleta de alimentos em condições de reaproveitamento bem como campanhas sobre consumo consciente para mitigação do desperdício de alimentos.
- Apoiar processos de incentivo à diversificação da produção agroecológica, visando aumentar a variedade de produtos da agricultura familiar na tentativa de ampliar a oferta, fortalecer a comercialização da produção no município e no território. Buscar estratégias de diálogo para inibir o uso indiscriminado dos agrotóxicos através ações educativas.
- Ações de sensibilização solidária em eventos públicos a exemplo a exemplo da EXPOAGRO, com doação de alimentos a serem destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade.

ESFERA ESTADUAL:

- Criar estratégias de incentivo à diversidade da produção agroecológica, visando aumentar a variedade de produtos da agricultura familiar, na tentativa de ampliar a oferta, fortalecer a comercialização da produção no município e no território, bem como, criação de programas específico para incentivar a produção agroecológicas desenvolvida pelas mulheres.
- Trabalhar estratégias de diálogo sobre o uso indiscriminado dos agrotóxicos através de campanhas educativas. Sobre tudo Investir na

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

formação de agricultores/as em técnica de manejo sustentável do solo, uso de defensivos naturais, bem como fazer investimento em análise de solo afim de melhorar a produção de Alimentos na região. Garantir assessoria técnica específica para agricultores/as e juventude.

- Investimento em tecnologias de captação de água e tecnologias de baixo carbono para convivência com o semiárido voltado para produção de alimentos.
- Resgatar e fortalecer as culturas tradicionais do território a exemplo das casas de farinha que contribuem para o fortalecimento da produção e economia local.
- Contemplar a rede municipal com PENAE estadual; planejar conjuntamente a produção e elaborar cardápios de acordo com a cultura regional.

ESFERA FEDERAL:

- Investimento em tecnologias de captação de água e tecnologias de baixo carbono para convivência com o semiárido.
- Criação de programas que estimule a formação de agricultores/as em técnica de manejo sustentável do solo, uso de defensivos naturais, bem como fazer investimento em análise de solo afim de melhorar a produção de alimentos na região, ampliação dos canais de comercialização da produção oriundas da agricultura familiar. Garantir assessoria técnica específica para agricultores/as e juventude.
- Criação de programas específico para incentivar a produção agroecológicas desenvolvida pelas mulheres.

EIXO II - Políticas Públicas de SAN.

ESFERA MUNICIPAL:

- Fazer diagnóstico da produção agrícola do município, bem como criar pontos de coleta de alimentos com estrutura física na feira - livre para ser feito analise e distribuição dos produtos que possam ser reaproveitados.
- Criação de um programa municipal de aquisição de alimentos.
- Criação da secretaria de meio ambiente.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

ESFERA ESTADUAL:

- Garantir recurso financeiro para oficinas de capacitação continuada sobre políticas de segurança alimentar para jovens, mulheres e povos originários.
- Garantia de tecnologias de segurança hídrica para produção de alimentos para consumo e comercialização.
- Criação do plano de segurança alimentar e Nutricional, com integração das secretarias e garantia de orçamento
- Garantir recurso financeiro para oficinas de capacitação continuada sobre políticas de segurança alimentar para jovens, mulheres e povos originários.
- Implantar e fortalecer, onde já existe, hortas nas escolas.

ESFERA FEDERAL:

- Garantir recurso financeiro para oficinas de capacitação continuada sobre políticas de segurança alimentar para jovens, mulheres e povos originários.
- Criação do plano de segurança alimentar e Nutricional, com integração das secretarias e garantia de orçamento
- Fortalecer as instituições da sociedade civil organizada que trabalham com produção e comercialização de produtos da agricultura familiar.

EIXO III - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.

ESFERA MUNICIPAL:

- Criação da Lei Municipal de SAN.
- Realizar Diagnostico Situacional na Perspectiva de Mapear a Situação Nutricional de Crianças de 0 a 6 Anos do Município de Forma Intersetorial, Envolvendo Principalmente Saúde, Assistência e Educação.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

- Fortalecer o COMSEA com Visibilidade e Busca de Parcerias com criação da CAISAN no Combate à fome.

ESFERA ESTADUAL:

- Garantir cofinanciamento para política de segurança alimentar e nutricional.
- Ampliar os espaços de debates sobre a segurança alimentar e nutricional com diferentes atores e atrizes. (feirantes, estabelecimentos comercias, famílias vulneráveis, cooperativas, ONGs, igrejas, órgão públicos, conselhos, associações).
- Ampliar fiscalização do sistema de produção agrícola, (sem agrotóxicos).
- Criar regulação que garanta a comercialização de alimentos saudáveis sem agrotóxicos.
- Incentivos financeiro para pequenos produtores rurais reduzindo a burocratização.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

ESFERA FEDERAL:

- Garantir Financiamento Para Política de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios. Bem como, intensificar Campanhas de SAN com Reaproveitamento de Alimentos.
- Criação de Sistema de Monitoramento da Produção Baseada nas Chuvas. Modernizar o Acesso à CAD ÚNICO de Modo a Identificar Pessoas em Situação de Insegurança Alimentar.

Com a realização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Afogados da Ingazeira, o município mostra seu compromisso em promover a participação da sociedade e buscar soluções para os problemas relacionados à alimentação saudável e combate à fome. Através desse evento, é possível construir políticas públicas mais eficientes e garantir o direito de todos os afogadenses a uma alimentação digna e de qualidade.

10. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação das ações previstas no presente plano ocorrerão a cada 02 (dois) anos, por meio de reuniões ampliadas ou seminário.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480

REFERÊNCIAS

Decreto Nº 016/2024, de 10 de janeiro de 2024: Dispõe sobre a criação e disposições gerais da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/ AFOGADOS DA INGAZEIRA.

Decreto nº 10.713, de 07 de junho de 2021: Dispõe, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007: Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007: Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010: Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010: Altera o artigo 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006: Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Lei Nº1.046 de 19 de março de 2024, que altera a Lei Nº 606 de 03 de setembro de 2015.

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: O Plano é um instrumento construído de forma participativa, que envolve diferentes setores e políticas públicas, tendo como objetivo o planejamento, a gestão e a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

PORTAL DA TRANSPARENCIA
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/43-20250728144015.pdf
assinado por: idUser 480